

NOTÍCIAS

Aprender a gerir
as finanças pessoais

Hope Care : uma nova
aventura empresarial
dos Alumni da AESE

Somos menos
globalizados
do que pensamos

Expatriação:
uma exigência
para as empresas
e para os colaboradores

Sair mais forte da crise

Liderar a imagem pessoal

Bancos Alimentares
contra a fome: um caso
a replicar

OPINIÃO

A empresa não pode
perverter
as pessoas, mas
antes desenvolvê-las

Deixo-lhe uma
inquietação

Passaporte

PANORAMA

**Excelência educativa:
oportunidade
ou meritocracia**

**Crise e defesa
das Humanidades
nos EUA**

**“El capital. Un alegato
a favor de la humanidad”**

DOCUMENTAÇÃO

**EUA: menos
casamentos,
mas duram mais**

**Queremos casar-nos,
mas não naufragar**

AGENDA

**WLF: Felicidade
vs Trabalho**
Porto, 21 de março

**Internacionalização
de PME's**
Lisboa, 22 de março

**Master Class Executive
MBA AESE/IESE**
Lisboa, 10 de abril

**Mercados
de Combustíveis
e Política Internacional**
Lisboa, 12 de abril

Gestão de projetos
Lisboa, 17 e 18 de abril

**1º Seminário de Alta
Direção**
Maputo, 26 e 27 de abril

[8 de março de 2012](#)

[Sessão de Continuidade com o Prof. Juan Palacios, do IESE](#)



Aprender a gerir as finanças pessoais

A educação financeira que têm os cidadãos é escassa para gerir o seu próprio património. Por essa razão, o Agrupamento de Alumni convidou [Juan Palacios](#), Senior Lecturer de Gestão Financeira do IESE e autor do livro [“Finanças Pessoais”](#), editado com o apoio da AESE, para explicar como poupar e investir com vista a manter o nível e a qualidade de vida a longo prazo.

“Ninguém sabe o que tem de poupar para a sua reforma”, referiu o Professor, defendendo que as pessoas não encontram na gestão financeira uma solução estratégica: “fazemos por imitação. Preferimos que alguém nos resolva os problemas e estamos dispostos a pagar por esse serviço.” Como se considera que a reforma é um problema que se coloca num futuro longínquo, o seu planeamento tende a

não fazer parte do rol das prioridades imediatas dos cidadãos.

Juan Palacios considera que “confiar na segurança social é muito perigoso.” Em 2050, haverá menos pessoas ativas capazes de sustentar as reformas dos idosos, tendo em conta o decréscimo da natalidade e o aumento da esperança média de vida.

Apesar de existir um fascínio pela criação de riqueza fácil, a avaliar pelos best sellers vendidos com promessas que não são factíveis, verifica-se uma grande dificuldade na gestão do investimento e da poupança, não só na Europa, mas também nos EUA.

Juan Palacios apontou para a importância de distinguir entre a especulação - que prevê resultados a curto prazo,- e o investimento -





investir bem consiste em diversificar, reduzir gastos e personalizar, ajustando o investimento à nossa tolerância do risco.

Em primeiro lugar, importa fazer um diagnóstico: saber o que queremos e quanto estamos dispostos a investir. O plano de investimento deve ser traçado segundo os objetivos identificados e as condições que o mercado oferece. O autor de “Finanças Pessoais” alerta para a importância do investidor ser criterioso nas decisões que toma, a fim de ser bem sucedido.

À sessão de continuidade seguiu-se um debate interessante sobre como investir, tendo em conta o contexto atual. ▣



[29 de fevereiro de 2012](#)

[NAVES SCR apoia nova aventura empresarial](#)



Hope Care : uma nova aventura empresarial dos Alumni da AESE

A Hope Care, uma start up portuguesa focada na prestação de assistência social e de saúde à distância, viu a sua proposta de financiamento por parte de NAVES SCR ser aprovada. O acordo foi assinado no passado dia 29 de fevereiro.

José Paulo Carvalho, Pedro Ferreira e Simão Calado, Alumni do 9º [Executive MBA AESE/IESE](#), são os responsáveis por este projeto que tem por missão implementar e desenvolver projetos de Ambient Assisted Living, a nível nacional e internacional, que permite diagnosticar e controlar alarmes e biosinais em tempo real. Os promotores encaram este desafio como uma solução efetiva para “melhorar a qualidade de vida de todos os idosos e doentes que

utilizam os seus serviços, bem como dos respetivos familiares e prestadores de cuidados” formais e informais. ■



[28 de fevereiro de 2012](#)

[Prof. Pankaj Ghemawat, do IESE, lança livro World 3.0, na AESE](#)

“Somos menos globalizados do que pensamos”

Se para Thomas Friedman a globalização “aplanou o mundo”, esbatendo as fronteiras entre os países através do acesso democratizado à Internet, a AESE convidou [Pankaj Ghemawat](#), especialista conceituado do IESE, para refutar essa tese com dados surpreendentes, apresentados no seu recente livro [“World 3.0”](#)

Com base na investigação que tem vindo a desenvolver, o Professor de Estratégia demonstrou ao 37º PADE e na sessão de continuidade aberta aos Alumni, como é enganadora a percepção que temos de quão globalizados somos. Na verdade, para Ghemawat o mundo é 9% globalizado, atendendo: às chamadas telefónicas internacionais (2%), ao número de alunos estrangeiros (2%), ao fluxo de imigração (3%), ao investimento (9%) e às exportações (30%).

Existe portanto uma margem de erro muito grande, pois tendemos a sobrestimar a tendência global de integração. Segundo Pankaj Ghemawat, o desvio deriva da falta de dados em que se baseia Friedman para sustentar a sua convicção de que as fronteiras físicas e temporais se atenuam com a ligação online.

Se é verdade que o mercado transnacional pode reduzir algumas fragilidades características de um país, pela conexão com outros que suprem as suas debilidades, noutros casos, os pontos fracos chegam a ser exacerbados.

No “World 3.0: Global Prosperity and How to Achieve It”, Pankaj Ghemawat considera que enquanto a Europa está cada vez mais espartilhada em termos de crescimento, a Ásia cresce exponen-



Pankaj Ghemawat, Professor do IESE

[Galeria de Fotografias da AESE](#)



cialmente. O que leva a concluir que a distribuição da prosperidade no futuro será muito diferente daquela que acontece atualmente.

No lançamento do livro, na presença de cerca de 220 dirigentes e executivos, o Professor analisou o caso português alertando para o facto do país ser pouco globalizado, havendo potenciais ganhos que estão a ser desperdiçados pela falta de integração e de vontade de sair da zona de conforto. Esta atitude é proporcionada pela proximidade geográfica e cultural, administrativa e económica. 78% das importações e das exportações portuguesas com outros países europeus atestam este défice de estratégia global. ■



[Galeria de Vídeos da AESE](#) 

28 de fevereiro de 2012

Com Sandalio Gómez (IESE) e Marta Álvarez-Novoa (Ernst & Young)

Expatriação: uma exigência para as empresas e para os colaboradores

“Quando a globalização alcança mesmo os que lhe resistem, aprender como melhor gerir a mobilidade internacional apresenta-se como mais um dos requisitos para uma gestão eficaz das pessoas e das organizações. O seminário “Gestão de Expatriados” é um bom contributo para ter êxito nessa jornada”. Assim definiu José Pedro Ramalheite, Responsável pelas Relações de Trabalho nos CTT, as necessidades e expectativas sentidas ao decidir participar nesta formação.

A convite da AESE, [Sandalio Gómez](#), Professor de Gestão de Pessoas nas Organizações do IESE, e Marta Álvarez-Novoa, Sócia da Ernst & Young, conduziram um seminário sobre como gerir expatriados, tendo em

conta os atuais desafios e oportunidades no mundo dos negócios. De todas as circunstâncias apontadas, a razão mais comum para a expatriação consiste no incentivo à progressão na carreira para colaboradores de idade média e desempenho de elevado potencial. Este processo deve ter em conta determinadas fases, de forma a garantir o sucesso da operação para todas as partes envolvidas. “Quanto menos se improvisar melhor”, afirma Sandalio Gómez, para quem é indispensável cuidar da preparação, do desenvolvimento e da repatriação, atendendo à importância da família no desenrolar de todo o processo.

Com base nos dados apresentados pela Ernst & Young, “os fatores mais atraentes para os colabo-





radores selecionados são: a experiência internacional, os benefícios económicos e a aprendizagem profissional decorrente. Para quem se faz acompanhar pelo cônjuge e pelos filhos, a educação e o domínio de outro idioma é visto como uma mais-valia nos seus próprios currícula.

Há empresas que têm a expatriação muito bem estruturada com departamento de recursos humanos em cada um dos países. Na fase de desenvolvimento da expatriação, é importante que o dirigente se sinta cómodo e que tenha todo o apoio administrativo necessário de modo a ter disponibilidade mental para trabalhar, evitando distrair-se da sua missão com problemas colaterais e acessórios.

A fluidez da comunicação entre a sede e o colaborador e vice-versa é fundamental para a eficiência da expatriação. Mas não basta. Segundo os oradores, a atitude do expatriado “não pode ser de ter tudo resolvido. É preciso ter um papel ativo para sair de si mesmo, da sua zona de conforto e

desenvolver a produtividade, colocando o seu talento a render.” A gestão de expatriados é, portanto, uma mistura de preocupação e de exigência.

Ana Vicente, advogada na EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, no final do seminário, comentou que foi a primeira vez que participou num seminário da AESE e “saí de lá bastante surpreendida pela positiva. O seminário «Gestão de Expatriados» é muito completo pelas matérias que o integram, mas também pela forma como as mesmas são abordadas. Aliada à qualidade do corpo docente, a AESE prima pelo seu carácter inovador na abordagem aos temas, através de uma forte componente prática que, não só ilustra, numa primeira fase, os temas abordados com testemunhos da vida real como, numa segunda, proporciona aos seus auditores um ambiente interativo e participativo, mediante o trabalho em grupo.

O balanço final resume-se a uma experiência muito enriquecedora, quer do ponto de vista profissional

quer pessoal, em que, num ambiente acolhedor e de diálogo, a todos é dada a possibilidade de contribuir com a sua experiência prática, elevando assim os níveis de conhecimento de todos os seus participantes e habilitando-os a colocar esses conhecimentos em prática, na prossecução das suas atividades, no dia a dia de trabalho.” ■



Participantes no seminário “Gestão de Expatriados”

[Galeria de Fotografias da AESE](#) 

[16 de fevereiro de 2012](#)

[Prof. Eugénio Viassa Monteiro avança ideias sobre como...](#)

Sair mais forte da crise

“Sair mais forte da crise” foi o tema debatido pelo [Professor Eugénio Viassa Monteiro](#), na sessão de continuidade realizada na AESE, a 16 de fevereiro.

O professor destacou várias ideias que têm feito com que as empresas superem os obstáculos e se fortaleçam na adversidade.

A formação para todos é indispensável quando se introduzem elementos de inovação. Nestas circunstâncias, é necessário preparar os colaboradores para sustentar essa vantagem, de modo a que se traduza de forma eficaz em produtividade e retorno do investimento. Para Eugénio Viassa Monteiro, “a formação faz com que se entre numa onda que leva as pessoas a pensar e a refletir em novas soluções”. Ligar as metas de formação e treino aos objetivos do negócio é fundamental para

assegurar os resultados obtidos com o investimento na aprendizagem.

Estimular o aparecimento de novas ideias é muito salutar e compromete todas as partes envolvidas. Daí que a partilha das preocupações dos dirigentes com os colaboradores abra o caminho para uma participação mais ativa e colaborativa, com impacte na redução de custos, e na criação ou comercialização de produtos mais fiáveis. O Professor referiu a importância de trabalhar “planos a ter na gaveta, pensados para serem lançados em momentos de crise.”

Explorar mercados de grande crescimento é uma das alternativas à Europa. Eugénio Viassa Monteiro sugeriu o investimento em países de alto crescimento como o Brasil, Angola, Moçambique, Índia, China,



Prof. Eugénio Viassa Monteiro, da AESE



considerados não só para a comercialização mas também para o fabrico, já que “o custo de produção é muito alto na Europa”. Os casos da Dan Cake e da Efacec são disso exemplo. A exportação deve ter em conta os produtos apreciados no destino, com alto valor intrínseco e de difícil produção in loco, de forma a que os bens sejam consumidos por quem dispõe de um maior poder de compra.

O estabelecimento de parcerias, a negociação de mais horas de trabalho por semana e a redução das margens de lucro são outros fatores que podem contribuir para a redução dos custos de produção e do estabelecimento de um preço final mais competitivo.

A I&D (Investigação e Desenvolvimento) está na ordem do dia para as empresas que queiram melhorar a sua prestação e atuar na base da pirâmide social. Veja-se o que aconteceu na Índia com a proliferação do telemóvel, do carro Nano, de purificadores de água para beber e no fabrico de

fármacos. Nesta área, as universidades podem ser grandes aliados na conquista de resultados sustentáveis.

Após a sua exposição, o Professor Eugénio Viassa Monteiro debateu com os dirigentes executivos presentes a aplicabilidade das medidas referidas no universo empresarial português. ▣

Orador convidado na Assembleia de Membros do Instituto Internacional de San Telmo

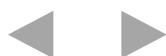
“A hora da verdade: novos sonhos, ideias e projetos” foi o tema do encontro dos Alumni do IIST realizado em Málaga. O Prof. Eugénio Viassa Monteiro interveio num painel atento aos mercados financeiros globais, defendendo que a Europa tem muito a aprender, nomeadamente com a experiência indiana, em matéria de empreendedorismo social. ▣



Participação na Assembleia de Alumni do Instituto Internacional de San Telmo.

[Fevereiro e março de 2012](#)

[AESE Women Leader's Forum](#)



Liderar a imagem pessoal

“Liderar a imagem pessoal” foi o tema do último encontro do AESE Women Leader's Forum, realizado no Porto, a 9 de janeiro. A conferência esteve a cargo de Teresa Ayres Pereira, da FFI – Fast Forward Innovation.

“Gostei muito deste encontro” referiu a empresária Daniela Sá, da Nahja. “Existe um ambiente de convívio muito agradável, com muita partilha de informação e de experiências, com uma grande abertura. Considero que dá oportunidade à constituição de uma verdadeira rede, em que as pessoas se apoiam e impulsionam. A exposição sobre o tema foi excelente.”

Eugénia Cunha (16º [PADE](#)), Designer de Moda e Empresária, entende serem “estes encontros muito importantes e este tema, em

concreto, foi muito oportuno e muito bem tratado. Espero que os próximos encontros continuem com temas interessantes.”

Encontros do AESE Women Leader's Forum

Os próximos eventos estão marcados:

- em Lisboa, a 20 de março, o [Prof. Luís Cabral](#) irá falar sobre “Regulação e concorrência: Portugal e Europa”;
- no Porto, no dia 21, Dulce Varandas irá desenvolver o tema “Felicidade vs Trabalho”. ▣



[Investigação AESE](#)

Bancos Alimentares contra a fome: um caso a replicar

Jorge C. Silva (7º [Executive MBA AESE/IESE](#)) escreveu um caso sobre “Os Bancos Alimentares contra a Fome”, com a supervisão do [Prof. Eugénio Viassa Monteiro](#). O caso retrata “uma instituição, com várias réplicas ao longo do país, que recolhe desperdícios alimentares, em boas condições de utilização, trata-os e embala-os para poderem ser utilizados por quem deles necessita. Em geral, trata-se de artigos no limite do período de venda nos supermercados mas ainda perfeitamente consumíveis; ou que têm algum pequeno defeito, secundário, como de rotulagem ou amolgadelas no transporte, sendo considerados impróprios para estar na prateleira, mas sem nenhum problema para o consumo.

gues a Instituições acreditadas, que tratam de pessoas carenciadas. Nunca são entregues ao utilizador final, diretamente, a não ser em casos muito excecionais.

A Instituição recebe também donativos de empresas ou particulares, mas sempre em espécie. Mesmo quando alguém quer dar um donativo em dinheiro, sugere-se que adquira bens consumíveis e os entregue em espécie, para evitar conflitos de interesse.”

Este caso é fruto de uma investigação recente, que tem vindo a ser utilizada como material de estudo e aplicação do [Método do Caso](#), nos programas de Formação de Executivos da AESE. ▣

Produtos recolhidos, depois de verificados e embalados, são entre-



AGENDA



Programas



Programa **Master Executive MBA AESE/IESE**

Lisboa, 10 de Abril
[Inscrições >](#)

Eventos



Women Leader's Forum Felicidade vs Trabalho

Porto, 21 de março
[Saiba mais >](#)

Seminários



Seminário **Gestão de projetos**

Lisboa, 17 e 18 de Abril
[Saiba mais >](#)



Seminário **1º Seminário de Alta Direção em Moçambique**

Maputo, 26 e 27 abril
[Saiba mais >](#)

Sessões de Continuidade



Sessão de Continuidade **Internacionalização de PME's**

Lisboa, 22 de março
[Saiba mais >](#)



Sessão de Continuidade **Mercados de Combustíveis e Política Internacional**

Lisboa, 12 de abril
[Inscrições >](#)

BLOG



Partilhe connosco a sua opinião



Prof. Raul Diniz,
[Professor da AESE](#) e 9º
[PADE](#)

A empresa não pode perverter as pessoas, mas antes desenvolvê-las
“Há quatro décadas que o tema da ética de negócios vem interpelando a vida das empresas e alargando os seus fins.

O surto dos códigos de conduta, nos anos oitenta, acompanhado da ênfase nos valores corporativos e na missão da empresa, é uma manifestação clara dessa realidade. (...)”

[Leia mais e comente](#)

Publicado no Oje, a 13 de março de 2012.



Maria Helena André,
3º [GOS](#) e Responsável
Área de Instituições da
Entrajuda

Deixo-lhe uma inquietação

“Aceite o desafio para partilhar uma breve reflexão sobre o mundo das instituições de solidariedade social, dei comigo a pensar que, independentemente da forma, missão ou dimensão da instituição, o nosso ciclo de vida decorre num “mundo institucionalizado (...)”.

[Leia mais e comente](#)

Publicado no Blog, a 5 de março de 2012

PASSAPORTE



José António Faria (23º [PDE](#)) é o atual Sales/Marketing Director Spain & Portugal da DHL.



Filipa Fortunato (19º [PDE](#)) lançou um projeto educativo para crianças designado “Era uma vez, Comunicação em 3 atos...”. A formação é desenvolvida com o recurso a artes performativas, como o teatro e a arte de contar histórias.



PANORAMA

Excelência educativa: oportunidade ou meritocracia

Uma proposta avançada para o ensino público em Madrid provocou um debate sobre as vantagens e inconvenientes de separar os melhores na escola.

A palavra “meritocracia” foi inventada pelo sociólogo inglês Michael Young em 1958. No seu livro “A ascensão da meritocracia. Um ensaio sobre educação e liberdade” denunciava como as elites tinham deixado de ser abertas e se tinham convertido em inimigas da democracia, traindo o espírito original das grandes revoluções democráticas do século XVIII, a americana e a francesa.

Na opinião de Young, a “aristocracia do mérito” que Thomas Jefferson queria, teria acabado por passar por cima do sagrado princípio da igualdade que as duas revoluções consagraram.

O pensamento de Young continua em voga na educação. A proposta feita pela comunidade de Madrid, de criar um ensino secundário de excelência para alunos com boas notas – e interesse em ampliar o currículo oficial desse ensino – deparou com as objeções dos que que pensam ir esta iniciativa contribuir para reforçar essa “meritocracia educativa”.

Estas críticas parecem passar por alto, em primeiro lugar, que o acesso a este tipo de ensino secundário será voluntário. Trata-se de aumentar a oferta educativa, e não de oferecer canais para a ascensão de uma elite amarrada ao poder. O ensino secundário de excelência selecionará alunos não só com grandes capacidades, como ainda aqueles que, além disso, mostrem um interesse em conseguir ampliar os seus conhecimentos.

Alguns críticos da iniciativa centram as suas objeções, dizendo que a escola deveria ser uma

»»



espécie de reprodução, em pequena escala, da sociedade e, portanto, a separação dos alunos com mais vantagens à partida constituiria uma segregação anti-natural: “Trata-se de voltar a separar, nas salas de aulas, aquilo que na sociedade não tem outro remédio senão conviver” (“El País”, 10-04-2011). É um argumento similar ao esgrimido para condenar o ensino diferenciado por sexos.

No entanto, a escola nunca foi, nem poderá ser, uma miniatura da sociedade, pela própria função que tem. Como o seu objetivo é formar crianças e jovens, só admite pessoas com determinadas idades, o que ninguém considera segregação nem um impedimento para que os alunos se acostumem

a conviver com pessoas mais velhas. Acostumam-se fora da escola, como os estudantes de centros escolares diferenciados, a conviver com colegas do outro sexo. Em muitos lares acontece algo parecido, pois muito menos em todas as famílias existem filhas e filhos.

Por outro lado, a necessidade de os homens e de as mulheres, ou os mais capacitados intelectual-mente e os com capacidades medianas ou baixas, ou os mais e os menos trabalhadores, conviverem pacificamente na sociedade, não significa que devam fazer tudo juntos e ao mesmo tempo.

Relativamente à proposta do ensino secundário de excelência,

não se deve esquecer que a suposta segregação seria implementada fora do campo do ensino obrigatório. Se se tiver em conta que a própria escolha entre o ensino secundário ou a formação profissional já oferece a possibilidade de escolher entre um tipo ou outro de interesses, a variante do ensino secundário de excelência não significa uma diferença essencial.

Como é frequente nas discussões relacionadas com o ensino, as objeções mais razoáveis surgem quando se deixam de lado os preconceitos ideológicos.

Uma das objeções é a que questiona dar tanta prioridade ao mérito na educação, que antes de tudo é uma necessidade para todos

»»



e, portanto, algo que a pessoa “merece” receber pela sua própria condição humana. Num artigo no “El Mundo” (11-04-2011), José Antonio Marina, ensaísta e professor do ensino secundário, defendia a necessidade de “marcar sensatamente os limites desse mérito passivo, porque se se alargam demasiado, valorizaremos muito a nossa natureza, mas desvalorizaremos o comportamento. E, ao fazê-lo, a busca da excelência, ou a sua reclamação, tornam-se suspeitas, como um reviver danado de um aristocratismo não solidário que deseja encher-se de igualdade”. Marina sintetiza o seu ideal de democracia e escola na fórmula: “socialismo de oportunidades, proteção do débil e aristocracia do mérito”

Outro dos reparos, mais ligado à proposta concreta do ensino secundário de excelência, é se o ato de separar os melhores alunos não privará os outros da benéfica influência dos seus companheiros mais brilhantes.

Há que ter em conta dois fatores. Em primeiro lugar, haverá que avaliar se os prejuízos que derivam da ausência desses alunos brilhantes não serão compensados pela maior homogeneidade da turma, o que em princípio facilitaria a adaptação das explicações. A esta conclusão parece chegar uma investigação da Universidade da Califórnia (“Peer effects and the impact of tracking: evidence from a randomized evaluation in Kenya”) em mais de uma centena de escolas quenianas.

O outro fator é o direito dos alunos com maiores capacidades de desenvolver plenamente o seu potencial. O medo de se destacar num contexto tão propício à mimese como é a escola – e ainda mais em certas idades – pode atrofiar as suas possibilidades.

E como detetar os alunos com maior potencial? Serão necessariamente os que têm melhores notas? Outro reparo à proposta do ensino secundário de excelência consiste em negar a capacidade do atual modelo educativo, rígido e uniformizante, para detetar os alunos realmente excelentes. Que terá acontecido a esses génios, na literatura, na pintura ou na ciência, que passaram com mais sofrimento do que glória pelas salas de aulas.





Convém distinguir o talento para um determinado campo, com a excelência académica. Atribuir ao sistema educativo a responsabilidade de descobrir todos os génios é sobrecarregá-lo. Não se pode pretender converter a escola numa bola de cristal infalível, ainda para mais quando no desenvolvimento das capacidades intervêm fatores tão individuais como o interesse, a maturidade pessoal ou a força de vontade. Pelo menos, o ensino secundário de excelência permite potenciar os casos de alunos brilhantes já manifestados.

Um dos pontos mais controversos do projeto é o que diz respeito aos professores. Trata-se de selecionar um corpo de professores altamente capacitado, à altura do corpo de alunos. Uma comissão formada fundamentalmente por docentes universitários encarregar-se-á de escolher, de entre os professores que se apresentem como voluntários, os que darão as aulas no ensino secundário de excelência.

Os críticos afirmam que isto significa violar o direito dos alunos

médios a terem bons professores. Contudo, a decisão ficaria nas mãos dos próprios professores, que teriam que avaliar os diversos incentivos de cada tipo de educação. Não obstante, não seria excessivo dotar com mais meios aqueles que acabem por se encarregar dos alunos com menos capacidades.

F. R.-B. 



PANORAMA

Crise e defesa das Humanidades nos EUA

O presidente da Universidade de Albany (Nova Iorque), George M. Philip, anunciou há alguns meses

que iriam desaparecer os departamentos de estudos humanísticos e clássicos, de línguas e cultura

italiana e francesa e os programas de teatro russo. O motivo é a crise económica e a falta de procura

»»



para estes programas académicos. Este assunto gerou um aceso debate em defesa das Humanidades ou Artes Liberais.

Stanley Fish, professor de Direito e teórico de Literatura, é o epicentro deste debate. Expôs as suas propostas em vários artigos do *blog* “Opinionator” do “The New York Times”: Se os critérios para manter departamentos e professores de Humanidades são produtividade, eficiência e satisfação, estamos a esquecer-nos de ter alguma vez entendido o que são realmente essas disciplinas universitárias. Talvez muito menos estejamos a entender na verdade o que é uma universidade, encarando-a antes como uma empresa ou uma indústria. Será que, continua Fish, querem uma uni-

versidade – uma instituição que tem o seu lugar numa tradição que remonta há vários séculos – ou querem uma mera escola de ofícios? Estamos dispostos a pagar por uma universidade? Então não a confundamos com uma empresa geradora de lucros.

Portanto, é preciso entender que as Humanidades têm valor por si próprias, não em função de outra coisa. Não são, muito menos, uma fruição cultural, um disfrute intelectual ou simplesmente uma preparação para se ser crítico. Não unicamente. São um fim em si mesmas. Mathew Milliner, também professor universitário, defende os estudos humanísticos e recorda que no livro VII de “A República”, Sócrates diz que o saber deve ser procurado tendo

em vista a beleza e o bem. E salienta outro modo de chamar às Humanidades: Artes Liberais, isto é, o contrário das servis. Livres para se disfrutar por si mesmas, pois o prazer de conhecer é a sua própria recompensa. Como referia Aristóteles, a felicidade consiste na contemplação da verdade, pois a atividade intelectual é própria do ser humano. As conhecidas primeiras palavras da sua “Metafísica” são: “Todos os homens tendem por natureza para o saber.”

O pensador britânico Terry Eagleton junta-se a esta corrente de opinião na sua coluna do “guardian.co.uk”. Defende que não pode haver universidade, no seu sentido pleno, se as Humanidades se separarem das restantes disciplinas, como se fossem um

»»



“agradável complemento”. E propõe que as universidades sejam de novo centros de crítica, em vez de servir para o *statu quo*, e serem capazes de o desafiar em nome da justiça, da tradição, da imaginação, do bem-estar humano, do livre jogo da mente ou das visões alternativas de futuro.

Nesta linha argumentativa situam-se dois filósofos espanhóis. Alejandro Llano salienta que, atualmente, as Humanidades são insubstituíveis para a consecução destes quatro objetivos: 1. Interpretação crítica da sociedade atual. 2. Revitalização da cultura. 3. Reflexão sobre as grandes questões pessoais e sociais. 4. Ascensão do nível de criatividade. O outro é Daniel Innerarity que no artigo “Elogio de la inexactitud”

(www.laverdad.es/albacete/v/20101230/opinion/elogia-inexactitud-20101230.html) defende que “a criatividade implica sempre uma certa sabotagem contra a divisão do trabalho estabelecida, contra o parcelamento do saber e da especialização, contra a exatidão das soluções habituais; pressupõe uma revisão das competências e das expectativas, uma forte disposição para aprender fora do saber e das práticas estabelecidas. E, para isso, são indispensáveis as ciências humanas e sociais, as grandes esquecidas no meio de um furor tecnológico que nos tem tornado analfabetos em tudo o que se refere à interpretação e ao sentido das coisas importantes da nossa vida, pessoal ou coletiva”.

A reflexão de Eagleton é muito similar à de Fish e à de Milliner, pois outros argumentos não se dirigem ao núcleo do que realmente são as Humanidades: não serão rentáveis economicamente a curto prazo, serão inúteis por não serem práticas, mas são indispensáveis e fazem parte da educação integral superior nos EUA, pelo menos até há pouco tempo.

David Skorton, Presidente da Universidade de Cornell, de Ithaca, EUA, defende a dotação nacional para as Humanidades (NEH) no *blog* do “Washington Post”, “Inc College”. Skorton responde às propostas para reduzir ou eliminar o financiamento para a NEH. Salienta as contribuições das Humanidades para a competitividade

»»



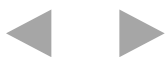
nacional e segurança e afirma que "os nossos problemas mais prementes e complexos – em todo o mundo - não serão resolvidos pela ciência por si mesma."

Para responder ao desinteresse pelas Humanidades, um grupo de universitários canadianos decidiu contra-atacar e criou também a página *web* "4humanities" (<http://humanistica.ualberta.ca/>). O seu objetivo é coordenar atividades e difundir a luta para salvar o ensino e a investigação das Humanidades.

A pedido de um grupo bipartidário de membros do Congresso dos EUA, a Academia Americana das Artes e das Ciências anunciou, a 18 de fevereiro de 2011, que tinha criado uma nova Comissão em Humanidades e Ciências Sociais, financiada pela Fundação Andrew w. Mellon. Presidida pelo Presidente da Universidade de Duke, Richard H. Brodhead, e pelo Presidente da Excelon Corporation, John W. Rowe. A Comissão inclui 41 participantes do mundo académico, das artes, dos negócios, da filantropia e dos meios de comunicação social.

Ao longo de 18 meses, a Comissão vai procurar responder ao que lhe pediu o Congresso: Quais são as principais dez ações que se devem empreender por parte do setor público e da iniciativa privada, para manter a excelência nacional em Humanidades (cfr. "Examiner.com").

P. M. 



PANORAMA

“El capital. Un alegato a favor de la humanidad”

Das Kapital. Ein Plädoyer für den Menschen

Autor: Reinhard Marx
Planeta. Madrid (2011).

300 págs. 20,90 €

Tradução (para castelhano):

Núria Petit Fontseré.

Reinhard Marx é o cardeal de Munique e Freising, a diocese da qual em tempos foi bispo, Joseph Ratzinger. Antes de ser nomeado bispo, Marx era também professor de Teologia, concretamente, de moral social. Além disso, especializou-se nos aspetos morais da economia. Entende-se assim que, com o seu nome, a sua posição e

os seus conhecimentos, tenha concebido a ideia de publicar um livro com um título tão provocador. E, por isso, também é compreensível que os diversos meios de comunicação social, especialmente europeus, se tenham feito tanto eco do livro quando ele foi publicado.

Marx aproveitou as suas circunstâncias para encetar um diálogo com Karl Marx tendo em mente a delicada situação económica do nosso tempo. O livro abre com uma carta de Marx a Marx que não conhece desperdício. Mostra como algumas previsões do primeiro Marx sobre o que suce-

deria num mundo abandonado ao capitalismo se tornaram realidade no nosso novíssimo mundo globalizado. Será que, no fim, Marx tinha razão? O cardeal responde tendo em vista algumas consequências da globalização.

Nota-se, no autor, a influência das grandes figuras da reflexão alemã sobre a ordem moral da sociedade. Autores importantes para a doutrina social da Igreja, como o bispo Wilhelm von Ketteler – que procurou levar o próprio Karl Marx a alterar os seus conceitos e a quem, em última análise, se deve o princípio de subsidiariedade –, Oswald Nell-Breuninger ou o car-

»»



deal Joseph Höffner, deixaram profunda influência em Reinhard Marx.

O livro revê, em nove capítulos, as grandes questões morais relacionadas com a economia globalizada: liberdade, desenvolvimento, pobreza, justiça social, trabalho e desemprego, educação, família, lucros empresariais, finanças, responsabilidade social das empresas, globalização, etc. Com exemplos concretos retirados de acontecimentos dos últimos anos, salienta os problemas morais, denuncia os excessos do capitalismo do nosso tempo e outras desordens sociais, e aproveita para iluminar esses temas com as contribuições mais consolidadas da doutrina social da Igreja.

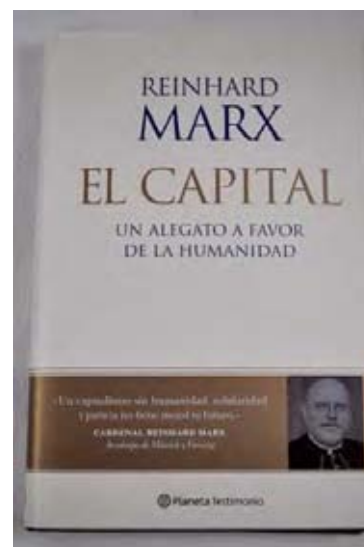
Tendo em conta o conjunto, na minha opinião, Reinhard Marx faz uma crítica equilibrada, mas isso não evita que tome posições fortes em temas que são objeto de discussão: seguindo a tradição alemã, advoga decididamente a economia social de mercado, isto é, a intervenção do Estado na economia, respeitando o princípio de subsidiariedade; opõe-se à fixação de um salário mínimo; é cético em relação à concessão de um rendimento básico não ligado ao trabalho; prefere o subsídio do trabalho ao do desemprego; considera que a justiça distributiva não pode ser o único mecanismo para obter a justiça social; afirma que o Estado Providência é um mandato da justiça social mas, ao mesmo tempo, este necessita de

passar por uma análise técnica; é favorável às elevadas remunerações dos dirigentes, mas não tão altas que provoquem diferenças abissais com outros empregados da mesma empresa; considera que o caminho do multilateralismo é a única alternativa para conseguir um comércio mundial justo; defende que a liberalização completa do mercado agrícola europeu não é a melhor solução para os problemas que este cria; defende com vigor a regulação dos mercados financeiros, e um longo *et cetera*.

O fio da argumentação segue-se bem e Reinhard Marx sabe intercalar as reflexões com casos concretos, exemplos retirados da sua experiência pastoral e soluções



arbitradas por pessoas da Igreja diante de situações sociais difíceis. O livro fornece uma ocasião para pensar as grandes questões éticas levantadas pela crise económica e pela globalização. E, por fim, não deixa de ser uma amostra, mesmo que naturalmente parcial, do caminho que segue o pensamento social católico alemão no momento atual.



G. G. 



DOCUMENTAÇÃO

EUA: menos casamentos, mas duram mais

Desde há três décadas, ouve-se nos Estados Unidos o refrão de que um em cada dois casamentos acaba em divórcio. Mas um relatório do Departamento do Censo desse país revela que o casamento, ali, se está a converter numa instituição social mais estável: as pessoas casam-se menos, é verdade, mas, com aquelas que o fazem, os casamentos duram mais em comparação com o que ocorria nos anos 80 e 90.

O The Survey of Income and Program Participation (SIPP) é um dos inquéritos nacionais que podem propiciar uma fotografia *robot* mais fiável de como são os maiores de 15 anos e os lares dos

Estados Unidos. Com uma periodicidade aproximada de cinco anos, o SIPP centra-se no estado civil.

O último inquérito deste tipo foi realizado, no ano de 2009, em cerca de 39.000 lares. Nele participaram 55.497 adultos que foram casados alguma vez. A todos foi perguntado o número de anos que estiveram casados, se foram casamentos que não se desfizeram, ou se houve separações, divórcios, novos casamentos ou situações de viuvez, consoante os casos.

Rose M. Kreider e Renee Ellis, investigadoras do Departamento

do Censo dos Estados Unidos, fizeram a ordenação destes dados, cruzaram-nos com os dos SIPP relativos ao estado civil que englobam o período de tempo que vai desde 1986 a 2009 e, além disso, analisaram a evolução do estado civil das mulheres e dos homens nascidos entre 1940 e 1944. Com todo este material, elaboraram um relatório (www.census.gov/prod/2011pubs/p70-125.pdf) que oferece algumas conclusões inovadoras (“Number, Timing, and Duration of Marriages and Divorces: 2009”, “Household Economics Studies”, maio 2011, págs. 70-125, United States Census Bureau).



Casamento mais tardio

Uma primeira alteração significativa que marca tendência, é o aumento da idade do primeiro casamento, algo que se tem vindo a observar desde há algum tempo, mas que, agora, se junta ao dado de que esse atraso se traduz numa percentagem maior de adultos jovens que acabam por não se casar.

Assim, enquanto que em 1986 a percentagem de mulheres entre os 25 e os 29 anos que não se tinha casado era de 27%, em 2009 subiu para 47%. No entanto, entre as mulheres de 55 anos, quase não houve variações (de 5% passou-se para 6% nesse mesmo período de tempo).

A tendência para adiar o casamento afeta ainda mais as mulheres afroamericanas. Enquanto que em 2009, 43% das mulheres brancas (não hispânicas) entre os 25 e os 29 anos não eram casadas, entre as mulheres afroamericanas dessa faixa etária, a percentagem atingia os 70%. Mas, também neste grupo, tem sido sempre mais frequente a maternidade à margem do casamento.

Baixa o divórcio entre jovens

Apesar de o divórcio continuar a ser mais alargado nos Estados Unidos do que na maioria dos países europeus, há alguns dados positivos. Em primeiro lugar, as taxas de divórcio começam a cair ligeiramente em comparação com as dos anos 80, quando chegaram

ao seu ponto mais elevado. Contra os 74% de casados nos anos 80 que celebraram o seu décimo aniversário de casamento, a percentagem de casados que, a partir de 1990, chegaram a esse aniversário, subiu para 77%.

Também se consolida a queda do divórcio entre as gerações mais jovens. Com efeito, em 1996, a percentagem de mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos que estavam divorciadas chegava aos 19%; em 2009, esta percentagem desceu para os 14%.

Idêntico padrão aconteceu entre as mulheres casadas entre os 30 e os 34 anos. Em 1996, a percentagem das divorciadas era de 26%, e, em 2009, baixou para 21%, uma queda de quase 20%

»»



de divórcios. Ao longo desses anos, também desceram as taxas de divórcio das mulheres entre os 35 e os 39 anos, 40 e 49 anos; pelo contrário, subiu nas faixas etárias das mulheres de 50 a 59, 60 a 69, 70 e mais anos.

A educação é chave

A que se deve esta mudança de tendência? O relatório não oferece muitas explicações. Uma pista aponta para a legislação pró-divórcio dos anos 70, que afetou sobretudo as mulheres que agora se situam entre os grupos etários dos 50 anos em diante.

Outra causa: “Enquanto as taxas de nupcialidade caem e a união de facto se alarga, o casamento tornou-se mais seletivo para os

adultos que estão em melhor situação económica e que têm mais formação”.

O relatório apoia esta conclusão num estudo do sociólogo norte-americano Andrew Cherlin (“The Marriage-Go-Round: The State of Marriage and the Family in America Today”, Random House, Nova Iorque, 2009). Na mesma linha, W. Bradford Wilcox – diretor do National Marriage Project e professor de Sociologia na Universidade da Virgínia – mostrou que nos EUA, a taxa de divórcios entre os casados com estudos superiores caiu 30% desde 1980, enquanto a dos casados com estudos não superiores subiu 6% (W. Bradford Wilcox, “The Evolution of Divorce”, “National Affairs”, nº 1, outono de 2009, pp. 81-94.

A partir destes dados, Wilcox defende a tese de que a progressiva desinstitucionalização do casamento – através do enfraquecimento jurídico e social do compromisso conjugal – abriu uma nova frente na diferença entre ricos e pobres: a desigualdade matrimonial.

Mas, quando Wilcox explica a evolução da instituição matrimonial não se detém unicamente nos aspetos económicos. “Atualmente, o casamento converteu-se numa instituição muito mais seletiva”, afirma. “As pessoas com mais formação, melhor posição económica ou mais religiosas são mais propensas a casar-se e a permanecerem casadas”, declarou ao “Washington Post” (18-05-2011).



Nem a decisão de se casar, nem as possibilidades de sucesso ou de fracasso no casamento, se determinariam por fatores económicos. Após décadas de numerosas ruturas familiares, parece que se vai impondo a ideia de melhor preparar o casamento e de se ter de adquirir uma consciência maior do compromisso envolvido.

Assim, o relatório do Departamento do Censo mostra um ligeiro aumento de 1-2% entre os aniversários celebrados em 2009 comparativamente com os de 1996. 83% dos casais que tinham contraído matrimónio no momento do inquérito de 2009, tinham celebrado o seu quinto aniversário; 55% tinham estado casados

pelo menos 15 anos; 35% atingiram os 25 anos e 6% celebraram bodas de diamante.

J.M. ▣

DOCUMENTAÇÃO



Queremos casar-nos, mas não naufragar

Apresentada às vezes como a geração que vai dominar o mundo e outras como a geração perdida nas suas próprias incertezas, nos jovens do milénio convive a aspiração a casarem e a terem filhos, com o medo que os seus compromissos de vida sejam postos em causa. Isso permite explicar o motivo de hoje nos EUA

diminuir a percentagem de pessoas casadas e subir a média etária do primeiro casamento.

Sobre os jovens da chamada Geração do Milénio – a primeira que atingiu a maioridade no novo milénio – disseram-se muitas coisas. Que se entusiasmam com as redes sociais e com os *piercings*.

Que são muito sentimentais e pouco reflexivos. Que têm menos preconceitos ideológicos que os seus pais e avós...

O Pew Research Center apresentou-os imbuídos de uma auréola de confiança numa análise de 2010: “Seguros de si mesmos, sedentos de se expressarem, »»



tolerantes, otimistas e abertos à mudança” (www.pewsocialtrends.org/2010/02/24/millennials-confident-connected-open-to-change/).

Mas este retrato deveria ser confrontado com as conclusões do estudo “Lost in Transition” (www.aceprensa.com/articles/el-lado-oscuro-de-los-adultos-emergentes/), para entender os receios que suscitam neles os projetos de vida a longo prazo.

Os casados, maioria por escassa margem

Em dezembro passado, o Pew publicou um relatório de D’Vera Cohn, Jeffrey Passel, Wendy Wang e Gretchen Livingston (www.pewsocialtrends.org/2011/12

[/14/barely-half-of-u-s-adults-are-married-a-record-low/1/#overview](http://www.pewsocialtrends.org/2011/12/barely-half-of-u-s-adults-are-married-a-record-low/1/#overview)) sobre a situação do casamento nos EUA com dois recordes importantes. O primeiro e mais chamativo: nunca como até agora tinha sido tão pequena a percentagem de pessoas casadas. Em 1960, 72% dos adultos (18 ou mais anos) estavam casados; em 2010 só o estavam 51% da população adulta.

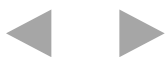
A nova análise dos dados do censo que oferece o Pew, permite ver que a queda do número de casados é progressiva e constante. O gotejamento arranca ao acabar a década de 50 – considerada nos EUA como uma “idade do ouro” do casamento – e não se deteve. Basta ver que no ano 2000, os casados somavam

57% dos adultos contra os atuais 51%.

O segundo recorde: a média etária com que se contrai o primeiro casamento nunca tinha sido tão elevada para as mulheres (26,5 anos) e para os homens (28,7 anos). Também neste caso, a evolução é progressiva. Desde 1960, as médias etárias no momento do primeiro casamento subiram, para cada sexo, cerca de 6 anos.

A conclusão do Pew é lógica pura: a continuarem assim as coisas, em poucos anos as pessoas casadas nos EUA deixarão de ser a maioria que hoje são por escassa margem. Este marco representa de modo simbólico que a instituição do casamento está a

»»



perder “quota de mercado” relativamente às uniões de facto, ao ser-se solteiro e ao divórcio, principalmente.

Não há “inversão ideológica”

Se as pessoas casadas estão a caminho de deixarem de ser maioria nos EUA, será de pensar que aconteceu uma mudança profunda no significado do casamento na sociedade norte-americana? Será que as gerações mais jovens estão a virar as costas a esta instituição?

O relatório do Pew mostra que a descida do número de pessoas casadas se observa em todos os escalões etários, mas é mais aguda entre os jovens. Em 1960, 82% dos que tinham entre 25 e 34

anos estavam casados, tendo, em 2010, essa percentagem caído para 44%. A situação começa a igualar-se com a anterior a partir dos 35 anos, quando a maioria dos norte-americanos está casada.

Não obstante, os autores advertem que “ainda é cedo para saber se os jovens de hoje estão a abandonar o casamento ou, simplesmente, a adiá-lo”. Na realidade, aquilo que alguns consideram uma inversão ideológica a favor da união de facto, parece obedecer mais a fatores socioeconómicos.

O relatório do Pew destaca que a descida do número de casados foi menor entre os adultos com estudos superiores e rendimentos

mais elevados. Isso avaliza a tese de que o enfraquecimento jurídico e social do casamento abre uma nova frente na diferença entre ricos e pobres, como vimos com Bradford Wilcox.

Como se veem: casados e com filhos

Em março de 2011, o Pew publicou um relatório de Wendy Wang e Paul Taylor (www.pewsocialtrends.org/2011/03/09/for-millennials-parenthood-trumps-marriage/ específico sobre as atitudes dos jovens do milénio para com o casamento e a paternidade. Apesar da diversidade de pareceres (a mostra é de 2.691 jovens entre os 18 e os 29 anos), vê-se que o ideal a que aspira a maioria é casar-se e ter filhos.

»»



Comparativamente a gerações anteriores, os jovens do milénio são mais propensos a ver o casamento desligado da paternidade. Contudo, são maioria (53% contra 44%) os que concordam com a afirmação de que “uma criança necessita tanto de um pai como de uma mãe para crescer feliz”.

Além disso, muitos pensam que não é bom para a sociedade que cada vez haja mais nascimentos fora do casamento: 63% desaprovam a maternidade solitária (como decisão voluntária), e 34% muito menos vê com bons olhos o aumento de nascimentos em uniões de facto.

E eles, o que querem? Entre os jovens que agora não estão casados nem têm filhos, 70% declaram

querer casar-se e 74% ter filhos. 25% dizem não saber ainda se querem casar-se ou não, e 19% se querem ter filhos ou não. Só 5% recusam o casamento, e 7% não querem ter filhos.

Apreensão pelo divórcio

Mas o ideal a que aspiram os jovens do milénio pode conhecer problemas – ou, pelo menos, demorar no tempo – devido à falta de confiança na sua capacidade para estabelecer relações duradouras e pelo medo da rutura conjugal.

É o que realça o estudo de Amanda J. Miller, Sharon Sassler e Dela Kusi-Appouh, “The Specter of Divorce: Views From Working and Middle-Class Cohabitators”,

“Family Relations”, vol. 60, núm. 5., dezembro de 2011, pp. 602-616, onde se analisam as atitudes para com o casamento de 122 jovens de 18 a 36 anos que vivem em uniões de facto.

As investigadoras – da Cornell University e da University of Central Oklahoma – queriam compreender melhor o que existe por detrás da recusa do casamento por parte dos que decidem optar pela união de facto, por um lado, e saber se pensavam casar algum dia, por outro. Para isso, entrevistaram em profundidade os membros de 61 uniões de facto residentes no Ohio.

A principal descoberta é que mais de dois terços dos entrevistados (67%) dizem escolher a união de

»»



facto por medo do divórcio. Por um lado, declaram “querer fazer bem as coisas” e casar-se uma só vez com o parceiro ideal, o que os leva a encarar a união de facto como um “período de prova” antes de fazer o “compromisso definitivo”.

Mas, por outro lado, paraliza-os o receio de terem de enfrentar as possíveis consequências que associam às ruturas conjugais (aponta o estudo, mesmo que não tenham tido a experiência do divórcio dos seus pais): dor emocional; estigma social; conflitos pela custódia dos filhos; problemas financeiros e legais...

A possibilidade de o seu casamento acabar desta forma é hoje, para muitos (estima-se que nos

EUA haja 7,5 milhões de uniões de facto, jovens ou não), um motivo de peso para se decidirem pela união de facto, que permite sempre soltar o laço sem romper demasiado.

J. M 

**Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianaalucas@aese.pt)**

AESE Lisboa

Júlia Côrte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/cancelamento

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt